

## Coluna do Castelo

ANC 88  
Pasta Julho/85  
041

### Esquerda toma a iniciativa

**A**INDA não está explicitada a razão pela qual o Presidente José Sarney ainda não designou a comissão para elaboração de um anteprojeto de Constituição que o Presidente Tancredo Neves prometera nomear no dia seguinte ao da sua posse, conforme disse na época ao professor Afonso Arinos. No começo, o Presidente Sarney viveu o impasse de uma interinidade dramática, depois surgiram disputas em forma de revelação de listas ainda sujeitas a definições para reduzir a comissão a proporções razoáveis. Depois, não se sabe o que houve. É possível que o chefe do Governo esteja agora na expectativa da aprovação da sua emenda constitucional de atribuição de poderes constituintes ao futuro Congresso para nomear a comissão.

A esta altura o impacto que Tancredo pretendeu alcançar está diluído e a comissão que vier a ser designada pelo Executivo, além de ter sofrido prévias e inesperadas contestações, já começará trabalhando em competição com uma comissão interparlamentar, articulada pela Esquerda Independente e integrada também por economistas, cientistas políticos, sociólogos etc. sem mandato parlamentar. Em princípio nada a opor à diversificação de correntes que proponham novos textos constitucionais. A multiplicação delas a esta altura parece inevitável.

O Deputado Alencar Furtado, que tem presença definida na liderança informal da Câmara, está à frente da comissão interparlamentar e ele está no pressuposto de que são ilimitados os poderes da Constituinte, embora tenha considerado boa a emenda do Presidente da República. Ora, essa emenda propõe atribuição de poderes constituintes ao futuro Congresso. Não convoca uma Assembléia Constituinte de poderes ilimitados, tanto que do seu texto inicial foi suprimida a referência à liberdade da Assembléia de mudar até mesmo a forma republicana de Governo e abolir a Federação. Ora, isso não está no âmbito do possível, respeitada a forma de chegarmos a um Congresso-Constituinte, mediante emenda à Constituição em vigor que probe as duas referidas medidas relativas à República e à Federação. Embora ninguém pense em restaurar a monarquia ou em criar um Estado unitário, o assunto está fora do âmbito da operação Constituinte a ser armada no futuro Congresso.

A intenção da Esquerda Independente na competição com o professor Afonso Arinos estaria em oferecer uma proposta reformista mais profunda, mas o Deputado Francisco Pinto corrigiu oportunamente um certo romantismo das declarações do Sr Alencar Furtado ao lembrar que se deve estar persuadido de que a futura Constituinte não vai atingir o direito de propriedade nem conseguirá uma socialização dos meios de produção. Lembrou o Deputado pela Bahia que a correlação de forças existente no País torna inevitável tal prognóstico. "Socialismo", disse ele, "somente se institui com organização, força e armas, e este não é o caso brasileiro. O exemplo do Chile de Allende está à vista de todos".

É a partir desta realidade que a Esquerda Independente deve definir sua legítima ambição de influir na elaboração da futura Carta constitucional. O PMDB é um partido reformista e, embora com frações mais à direita, ele se expressa mais autenticamente através desse grupo da Esquerda Independente. As eleições de composição de diretórios municipais demonstraram que nem sempre a opção à esquerda é a opção do PMDB, como se viu no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro. Nestas três cidades o PMDB optou por candidatos situados entre o centro e a direita, o que pode ser um sinal dos tempos. De qualquer forma é uma chamada à realidade que deve ser avaliada pelo Deputado Alencar Furtado.

Definida sua margem de reivindicações, a Esquerda Independente teria diálogo fácil com o professor Arinos, que se caracteriza hoje menos pela aristocracia da origem do que pela conversão a causas populares e a reivindicações sociais.